Bolieiro vai reunir com parceiros sociais

Salário mínimo sobe nos Açores para cerca de 800 euros

O salário mínimo nos Açores passa a ser pago, a partir deste mês, em cerca de 800 euros.

O aumento resulta da subida do salário mínimo nacional, de 705 para 760 euros, registando-se nos Açores um acréscimo automático de 5%.

A atualização do salário mínimo entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2023, e é o maior aumento absoluto de sempre do salário mínimo nacional, um aumento de 7,8%.

O objetivo do Governo da República é chegar aos 900 euros em 2026, o que permitirá que desde 2015 teremos um aumento de 78% do salário mínimo em Portugal.

Os empresários açorianos já se tinham manifestado apreensivos com este aumento, que vem agravar os custos das empresas, criticando o relacionamento com o Governo da República, que "evidencia divergências com implicações negativas para as empresas e as famílias, sendo sintomático disto, o não alargamento aos Açores da compensação para o aumento do salário mínimo, a estanquicidade da aplicação dos fundos que leva à exclusão



dos Açores de diversas medidas nacionais, a ausência de qualquer apoio no financiamento dos custos acrescidos da pandemia".

É neste contexto que os empresários aguardam a informação que o Presidente do Governo dos Açores lhes vai dar numa reunião do Conselho de Concertação Estratégica, que, segundo soubemos, terá lugar no próximo dia 6 de Janeiro em Ponta Delgada.

Os empresários entendem como "intervenção prioritária", no que toca aos custos de contexto, a "habilitação de um mecanismo compensatório aplicável nos Açores que compense os encargos adicionais do acréscimo do salário mínimo, face às empresas do continente, seja pelo salário base, seja pelo acréscimo de 5% decretado

na Região; habilitação de um mecanismo compensatório aplicável nos Açores que compense os encargos adicionais com o aumento do tarifário da eletricidade e combustíveis fósseis para as cadeias produtivas; ultrapassar o problema persistente de demoras de avaliação e de pagamento dos sistemas de apoio e dirimir todos os problemas de pagamentos em atraso no sector publico empresarial e administrativo; dirimir o problema dos contratos com o sector publico sem cláusulas de atualização da inflação, situação que tem prejudicado sobremaneira as empresas, quer nos seus fornecimentos quer nas candidaturas aos sistemas de apoio; mitigação da escassez transversal de mão de obra.

Mesmo com o aumento do salário mínimo, os salários reais dos portugueses vão valer tanto como em 2014.

É que a inflação média de 2022 fixou-se nos 7,8%, sendo que deverá descer para os 4% em 2023, o que significa que o valor acumulado da inflação ao longo da última década se vai fixar nos 18% (ver notícia na página 11).

Trabalhadoras da Cofaco em Rabo de Peixe em greve às horas extra

As operárias da unidade de transformação da Cofaco, na vila de Rabo de Peixe, estão a partir de ontem em greve às horas extraordinárias dois dias por semana, em luta pela progressão nas carreiras.

As trabalhadoras vão estar em greve às horas extraordinárias até 28 de abril, às segundas e sextas-feiras.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comercio Escritórios e Servicos, Hotelaria e Turismo dos Açores (SI-TACEHT/AÇORES), para além da progressão das manipuladoras na carreira profissional, pretende-se assegurar a "dignificação e valorização do trabalho, a conciliação da vida profissional com a pessoal e familiar", bem como o "aumento do subsídio de alimentação e das diuturnidades e aumentos salariais justos".

Na categoria de manipuladora, a estrutura sindical sugere que seja dividida "em, pelo menos, três níveis, para que as trabalhadoras beneficiem de distinção e aumentos salariais, uma vez que os únicos aumentos que estas trabalhadoras têm são os decorrentes do aumento da retribuição mínima regional".



administração da Cofaco "não aceita esta pretensão da dignificação profissional das trabalhadoras, pelo que não resta outra alternativa às trabalhadoras e ao SITACEHT/AÇORES que não seja avançar" para a greve.

A 19 de outubro, cerca de 60 trabalhadoras da conserveira Cofaco manifestaram-se à porta da empresa exigindo "a progressão na carreira profissional de manipuladora", um Acordo de Empresa e "salários justos".

De acordo com fonte do SITA-CEHT/ACORES, está prevista para este mês uma reunião com a administração da Cofaco, que possui atualmente uma unidade de transformação na vila de Rabo de Peixe, tendo, entretanto, desmantelado a unidade que tinha na ilha do Pico.

A Cofaco é detentora das marcas Ainda de acordo com o sindicato, a Bom Petisco, Tenório e Piteu.

Faleceu João Alberto Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Candelária

O Presidente da Junta de Freguesia de Candelária, João Alberto Pereira, morreu domingo aos 52 anos, tendo a autarquia de Ponta Delgada lamentado "profundamente" a morte do autarca que "em muito contribuiu para a dinamização" do concelho.

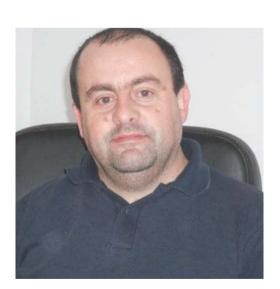
Numa nota pública, a Junta de Freguesia de Candelária, informa que o autarca faleceu "esta manhã no Hospital Ponta Delgada", apresentando "a todos os familiares" os "sentidos pêsames".

O autarca da freguesia de Candelária, no concelho de Ponta Delgada, cumpria um terceiro mandato.

Nas eleições autárquicas de 2021 integrou o grupo de cidadãos "Sempre Candelária".

Numa nota enviada às redações, a Câmara Municipal de Ponta Delgada lamenta "profundamente o falecimento" de João Alberto Pereira.

A câmara, presidida por Pedro Nascimento Cabral (PSD) sublinha que João Alberto Pereira "será recordado pela sua entrega e justas reivindicações para a freguesia enquanto autarca e pelo seu trabalho na As-



sociação de Juventude de Candelária, que em muito contribuiu para a dinamização social, desportiva e cultural do concelho de Ponta Delgada".

"A Câmara Municipal de Ponta Delgada manifesta o seu profundo pesar perante o falecimento de João Alberto Pereira e associa-se ao luto e à dor sentida pela família e amigos mais próximos", lê-se ainda na mesma nota.